This is an open-Access article Distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Licence

DOI: http://10.5216/rppoi.v19.68533
EDUCAÇÃO

ACERVOS PRIVADOS COMO FONTES DE PESQUISA: ARQUIVOS, MEMÓRIAS, ESQUECIMENTOS

PROVATE COLLECTIONS AS RESEARCH SOURCES: ARCHIVES, PERSONAL PAPERS, MEMORIES, FORGETTINGS

COLECCIONES PRIVADAS COMO FUENTES DE INVESTIGACIÓN: ARCHIVOS, RECUERDOS, OLVIDOS

Eurize Pessanha[1]; ORCID https://orcid.org/0000-0002-1564-3362

RESUMO
Bases para a escrita da história, as fontes só se tornaram "questão" após o movimento dos Annales na direção de uma história renovada em métodos, objetos e técnicas e, consequentemente, da ampliação da noção de documento e de um novo conceito de fonte histórica. Imposição burocrática para criar um memorial da vida profissional provocaram reflexões sobre a experiência de transformar em fontes documentos de acervo pessoal encontrados em armários, pastas e caixas. Discutem-se as possibilidades e riscos de transformar esse acervo de documentos, fotos e objetos colecionados e guardados pelas pessoas ao longo de suas vidas, em fontes de pesquisa para a escrita da História da Educação. O processo de lidar com a memória implica em enfrentar estranhamentos, contradições, incompletudes, ausências e omissões. Cabe alertar sobre os riscos de transformar arquivos privados em fontes e sobre a necessidade de conhecimentos sobre a história da sociedade e da educação na qual foi produzida a coleção transformada em fonte, numa operação que enfrenta as particularidades sem perder de vista a totalidade histórica. A formulação correta de questões de pesquisa pode dar sentido a esses acervos privados e transformá-los em fontes.
Palavras-chave: Acervos privados. Fontes históricas. Memória

ABSTRACT
The writing of history is always based in historical sources, but this matter only became an "issue" after the movement of the Annales towards a history renewed in methods, objects and techniques and, the expansion of the notion of document and a new concept of historical source. A bureaucratic imposition to create a memorial of professional life provoked reflections on the experience of transforming personal collection documents, personal papers, photos, and objects found in cabinets, folders and boxes, into historical sources for the writing of the History of Education. The possibilities and risks of this historiographic operation are discussed, because the process of dealing with memory implies facing strangeness, contradictions, incompleteness, absences and omissions. It is necessary to warn about the risks of transforming private archives into sources and about the need for knowledge about the history of society and of education in which the collection was produced, in an

[1] Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso, Brasil., eurizep@uol.com.br

operation that faces the particularities without losing sight of the historical totality. Only the correct formulation of research questions can make sense of these private collections and turn them into historical sources.
Keywords: Private collections. Historical sources. Memory

Resumen
Bases para la escritura de la historia, las fuentes solo se convirtieron en un "tema" después del movimiento de los Annales hacia una historia renovada en métodos, objetos y técnicas y, en consecuencia, de la expansión de la noción de documento y de un nuevo concepto de histórico. fuente. La imposición burocrática para crear un memorial de la vida profesional provocó reflexiones sobre la experiencia de transformar en fuentes documentos de colección personal encontrados en archivadores, carpetas y cajas. Se discuten las posibilidades y riesgos de transformar este acervo de documentos, fotografías y objetos recogidos y conservados por las personas a lo largo de su vida en fuentes de investigación para la escritura de la Historia de la Educación. El proceso de lidiar con la memoria implica enfrentar extrañezas, contradicciones, incompletud, ausencias y omisiones. Es necesario advertir sobre los riesgos de transformar archivos privados en fuentes y sobre la necesidad de conocimiento sobre la historia de la sociedad y la educación en la que se produjo la colección transformada en fuente, en una operación que afronta las particularidades sin perder de vista las totalidad histórica. La correcta formulación de las preguntas de investigación puede dar sentido a estas colecciones privadas y convertirlas en fuentes.
Palabras-clave: Colecciones privadas, Fuentes históricas. Memoria

Data de submissão 05/04/2021
Data de aceite 22/07/2021

> De minha parte em todas as coisas, ouço as *vozes* e sua relação dialógica (...). Não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado) [...] (os sentidos) sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do diálogo subsequente, futuro. (BAKHTIN, 1997, p 413 e 414)

INTRODUÇÃO

Em artigo publicado em 2006, Saviani (2006) chama a atenção para a frequência com que o tema "a questão das fontes" esteve presente em evento do qual participara. Desde então, a temática fontes e métodos, às vezes incluindo arquivos, se mantém entre os eixos temáticos dos Congressos Brasileiros de História da Educação e outros eventos do campo da História da Educação.

Embora fontes sejam a base da escrita da história, ao que tudo indica, só se tornaram "questão" após o movimento dos Annales na direção de uma história renovada em métodos, objetos e técnicas e, consequentemente, da ampliação da noção de documento e de um novo conceito de fonte histórica. Cabe lembrar que a denominação Annales, ou Écolle des Annales, se refere a um movimento de contestação ao conceito de história dominante até aquele momento e se construiu em torno da *Revista Annales d'histoire économique et sociale* em 1929.

A revista "Anais de história econômica e social" (título em português) foi criada, em 1929, pelos historiadores franceses, March Bloch e Lucien Febvre que explicitaram, na "Carta aos leitores"

que abria o número 1 da Revista, que este empreendimento "é um ato de fé na virtude exemplar de um trabalho honesto e consciencioso e solidamente construído." (Notre entreprise est um acte de foi dans la vertu exemplaire du travail honnête, consciencieux r solidement armé. (BLOCH; FEBVRE, 1929, p. 2). A publicação da revista inaugura uma nova tendência na Teoria da História, incorporando novas áreas de conhecimento novas áreas de conhecimento às análises históricas, ampliando os horizontes temáticos e metodológicos, principalmente pela legitimação de temas e fontes até então negligenciados como o cotidiano das pessoas comuns, a arte e as mentalidades, tendência que se consolidou na chamada Escola dos Anais. Na década de 1970, ao divulgar os trabalhos de Jacques Le Goff e Georges Duby contribuiu para consolidar a tendência que ficou conhecida como Nova História.

Reis (2010) descreve como, com esse movimento de renovação, a "documentação será agora relativa ao campo econômico-social-mental: é massiva, serial, revelando o duradouro, a longa duração" [...] Todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncio das fontes." [para isso] Os Annales foram engenhosos para reinventar ou reciclar fontes históricas." (p. 41). Nessa direção, o conceito de documento tornou-se cada vez mais amplo, renovado e diversificado e a "questão das fontes" passou a ser temática frequente na produção da área de História e História da Educação.

Adicionalmente, a noção teórica de história-problema torna claro que "o historiador não é um colecionador e empilhador de fatos" (p.42) pois é ele que interroga esses dados para construir a escrita da história.

Complementando com as palavras de Saviani, "Com efeito, os mencionados objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas." (2006, p. 30)

Com base em questões de pesquisa para escrever a história de instituições escolares e das disciplinas escolares, que nelas tiveram seus lócus, ao longo de muitos anos, nosso grupo de pesquisa, Observatório de Cultura Escolar[2], transformou em fontes documentos, fotos e objetos, localizados, nas escolas investigadas, em depósitos nem sempre bem organizados e conservados.

As dificuldades de escrever a história da educação no Brasil, tendo como base os acervos de escolas e outras instituições educacionais, já são conhecidas por todos que se aventuraram nessa tarefa. Essas instâncias, por força de exigências burocráticas, armazenam grande quantidade de documentos gerados por necessidades legais e burocráticas. Depois que os documentos cumpriram sua função, tornam-se apenas "papéis velhos" ocupando espaços que, em algum momento, serão exigidos para outras funções e os documentos serão descartados. Mesmo quando algum documento, que testemunhou a história da escola, ainda não foi descartado, encontra-se, com raras exceções, deteriorado pelo tempo e falta de conservação, sem continuidade temporal, constituindo mais um obstáculo a ser enfrentado pelo pesquisador: precisa trabalhar o arquivo para conseguir um mínimo de organização necessária para transformar esses documentos em fontes (PESSANHA; OLIVEIRA: ASSIS, 2011).

Nem todos podem ser chamados de arquivos pois a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da NBR 9578, define arquivo como um conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para fins de prova ou

[2] Nome omitido para não identificar autoria.

informação. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1986)

Além desses acervos e arquivos, nosso grupo de pesquisa realizou entrevistas com alunos, ex-alunos, professores, ex-professores e administradores das instituições. Ocasionalmente, essas pessoas ofereciam fotos, documentos e objetos de seus "guardados" que, na opinião delas, poderiam ser úteis para os pesquisadores.

A questão que se apresenta ao pesquisador é se, e como, esses "papéis e coisas velhas" guardados em acervos pessoais podem se transformar em fontes.

Trata-se, portanto, de analisar o potencial de transformar arquivos privados em fontes, outra temática que vem sendo focalizada pelos historiadores há algum tempo.

Gomes (1998) situa o que chamou de "boom" dos arquivos privados como fontes na década de 1970, associado às mudanças teórico-metodológicas na escrita da história mencionadas acima.

Nos textos consultados sobre os arquivos pessoais, chamou a atenção a utilização recorrente de expressões como: desafio, feitiço, irresistível, encantamento, boom, fascínio e riscos que parecem indicar o impacto que o acesso a um conjunto de documentos produzidos por determinada pessoa, aparentemente sem a intenção de publicizá-los, provoca no pesquisador, provavelmente pelo potencial que oferecem de conhecimento sobre a época e o tipo de atividades a que tal pessoa esteve ligada. Nesse sentido, merece destaque a fala de uma das pesquisadoras do CPDOC na época[3]:

> Vivi intensamente no CPDOC, na virada dos anos 1970, essa "febre" contagiante cujas etapas eram: localizar o arquivo; seduzir o potencial doador; receber e tratar a documentação e salve! trabalhar em primeiríssima mão com aquele mundo de documentos pessoais nunca dantes navegados. Este é o grande feitiço do arquivo privado. (GOMES, 1998, p. 125).

Segundo o CPDOC (2019), são considerados arquivos pessoais:

> conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas. Essa acumulação resulta da seleção dos documentos a serem guardados, entre todos os papéis manuseados cotidianamente, e vai sendo feita ao longo do tempo.

Quando se trata de arquivos privados, a memória surge como questão a ser aprofundada. Entre as múltiplas e variadas abordagens da literatura sobre memória, escolhi algumas que me pareceram pertinentes ao processo relatado neste artigo: a memória como fonte para a escrita da história, a dimensão social e coletiva da memória e os riscos de usar a memória como fonte.

E é Clarice Nunes (2003) quem formula e responde à primeira questão: "Que motivação anima as ações humanas quando priorizam a memória no esforço de instituir e preservar o patrimônio cultural? Uma motivação antiga: vencer a morte. " (p. 11)

Esse "desejo de guardar" leva as pessoas a reunirem documentos, objetos, fotos que, de alguma forma, lhes parecem necessários para que sua memória permaneça, mesmo após a morte.

No entanto, como bem lembra a mesma autora, "Talvez possamos simplesmente afirmar que nossas memórias são subjetivas, estruturadas pela linguagem, pelo ensino, pelas ideias assumidas coletivamente e pelas experiências partilhadas. " (p. 14) uma vez que, tal como a ponta de um iceberg mostram apenas uma pequena parte do conjunto, as memórias de alunos, professores, cronistas e

[3] A esse respeito, ver também BELLOTO, 1998; CAMPOS, 2017; GOMES, 1998; HEYMANN, 2005.

memorialistas, como fonte de pesquisa histórica, podem esconder a sua base mais ampla, impregnada dos conceitos, costumes, sentimentos e opiniões em que foi construída.

Essas reflexões conduzem a um aspecto pouco abordado na literatura sobre memórias como fonte: sua dimensão coletiva e social. Heymann (1997), por exemplo, enfatiza a necessidade de relativizar "a noção do senso comum que identifica os conjuntos documentais de origem pessoal a uma manifestação concreta da memória individual dos seus titulares" (p. 42) [4].

Entre suas conclusões, chama particular atenção o argumento de que os arquivos deveriam ser tomados, eles próprios, como objeto sociológico e histórico, permitindo revelar ideários políticos, projetos pessoais e processos sociais neles investidos.

A autora alerta também para as motivações dos projetos institucionais, comemorações e homenagens a pessoas que tiveram algum protagonismo em determinadas áreas ou momentos históricos, que:

> visam ancorar no passado as posições que os protagonistas desses investimentos ocupam no presente ou pretendem ocupar no futuro, sejam eles os próprios titulares, sejam seus herdeiros, entendidos aqui não apenas como familiares, mas também como depositários da herança política do personagem. (HEYMANN, 2005, p. 3)

As reflexões apresentadas até aqui foram provocadas por uma experiência de, por imposição burocrática, criar um memorial da vida profissional, transformando em fontes documentos de acervo pessoal. Ginzburg (1987) e Certeau (2002) constituíram o referencial para realização dessa operação historiográfica, considerando que o ponto de partida são sempre as questões de pesquisa, única forma de dar sentido aos "papéis e coisas velhas".

Assumimos como pressuposto teórico metodológico o paradigma indiciário de Ginzburg (1989, p. 143), uma operação historiográfica "de caça", cujo ponto de partida é a singularidade, em busca de indícios, aparentemente sem relevância, que permitem maior aproximação de processos mais amplos e mais complexos.

No caso aqui relatado, para o cumprimento da exigência burocrática, foram buscados nos armários, pastas e caixas, esses *elementos de prova ou testemunho*. No entanto, como adverte o mesmo autor, "é preciso considerar ainda as razões subjetivas que levam os indivíduos a manter seus arquivos" (p. 152). Assim foi que, à medida que separava o material necessário para descrever a trajetória profissional surgiam objetos e documentos para os quais não encontrava justificativa para terem sido guardados e preservados cuidadosamente durante tanto tempo.

A necessidade burocrática de criar um memorial descritivo da vida profissional, por si só, não justificaria ter guardado tantos objetos e documentos, pois, como lembra Campos (2013):

> Ao longo de suas trajetórias, pessoas e instituições acumulam materiais de suportes e gêneros variados que lhes servem de instrumento à consecução de suas atividades e funções. Todos nós – independentemente do papel que desempenhamos na sociedade ou do nível de projeção que alcançamos – constituímos arquivos, compostos de documentos dos quais lançamos mão como elementos de prova ou testemunho ao cumprimento de nossas obrigações fiscais, sociais, profissionais ou financeiras. (p. 152)

Quem guardaria, por mais de 50 anos?!, por exemplo, uma gravata de uniforme escolar com assinaturas de colegas? (Figuras 1 e 2)

[4] Com esse objetivo, a autora investigou os processos de "conversão de acervos pessoais em patrimônio nacional que deram origem a fundações, centros de documentação e memoriais" (HEYMANN, 2005, p. 2).

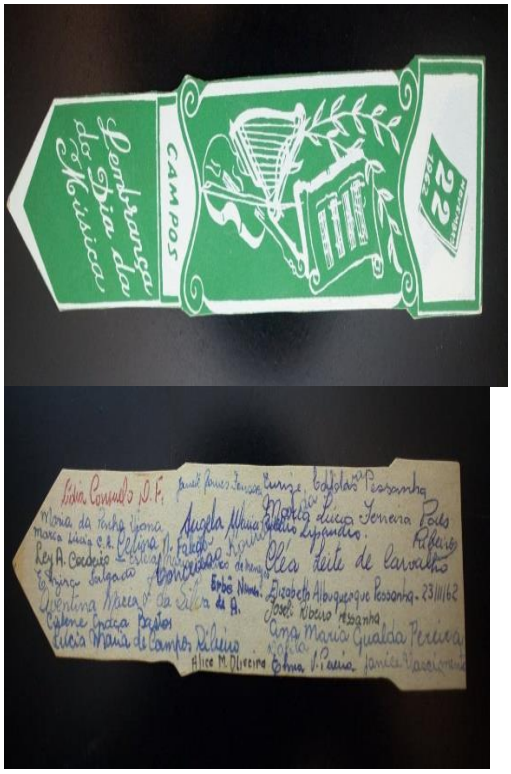
Figura 1e 2 Gravata do uniforme escolar da 4ª série Ginasial do Liceu de Humanidades de Campos, 1959



Fonte: Acervo pessoal da autora

Ou um marcador de página comemorativo do Dia da Música, também assinado pelos colegas?

Figura 3 e 4 Marcador de página comemorativo do Dia da Música de 22 de novembro de 1962



Fonte: Acervo pessoal da autora

Até parece que, desde meu primeiro contato com a instituição escolar, registrado em uma fotografia com uniforme da primeira escola que frequentei (provavelmente em 1952), já sabia, ou estava determinada a me tornar investigadora dos processos de escolarização!!! (Fig 5)

Como escrevi na Carta ao Leitor do livro de memórias que resultou deste processo, "Se foi, não me lembro, o que acaba sendo muito conveniente num livro de memórias. " (PESSANHA, 2015)[5].

[5] Omitida para evitar identificação de autoria

Figura 5 Foto da autora com uniforme de sua primeira escola- 1952



Fonte: Acervo pessoal da autora

Em primeiro lugar, foi necessário organizar os objetos, documentos e fotografias e a opção foi classificá-los segundo as categorias especificadas pelas instâncias burocráticas. Depois de formar uma "coleção", separando, reunindo, copiando, fotografando os documentos e objetos foram transformados em fontes para a escrita do memorial que se transformou em livro (PESSANHA, 2015[6]).

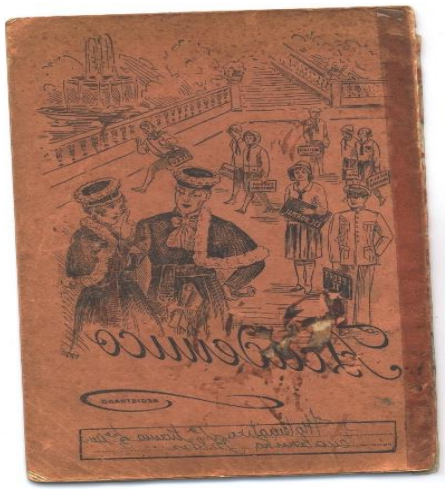
Com base nessa experiência, este artigo se propõe a discutir as possibilidades e riscos de transformar o acervo de documentos, fotos e objetos colecionados e guardados pelas pessoas ao longo de sua vida, em fontes de pesquisa para a escrita da História da Educação, usando como exemplo a experiência da autora.

DESENVOLVIMENTO

Este processo de lidar com a memória implica em enfrentar estranhamentos, contradições, incompletudes, ausências e omissões, principalmente quando é memória do próprio pesquisador, pois, abrindo as caixas e pastas que guardam fotos e documentos, as "caixinhas" da memória também se abrem e a narrativa flui, ao mesmo tempo em se processa a fruição da leitura desse material.

Como exemplos, destaco dois momentos de estranhamento. O primeiro, ao analisar um caderno de uma normalista da década de 1930 (Fig 6), que era minha mãe e estranhar o nome: quem era Penalva Caldas? Minha mãe era Penalva Caldas Pessanha! Descoberta: aquele era o nome de solteira de minha mãe que se casou em 1937 com Rubens Pessanha, meu pai, do qual anexou o sobrenome. (PESSANHA,2008)[7].

Figura 6 Capa do caderno de Penalva Caldas- 1937



Fonte: Acervo da autora.

Como escrevi no livro de memórias, ao examinar o verso do Histórico Escolar (Ficha 18), com as notas do Exame de Admissão, "Tomo um ligeiro susto porque arranha um pouco a imagem de boa aluna de Português que criei/criaram para mim: a nota de Português não foi tão boa assim. Disseram-me que, mesmo assim foi das melhores, pois a prova era muito difícil" (PESSANHA, 2015, p. 27)[8].

Tratando alguns dos documentos/fontes como indícios de momentos da história da educação no Brasil foi possível, paralelamente ao cumprimento da atividade burocrática, levantar questões por eles provocadas.

[6] Omitido para evitar identificação de autoria
[7] Omitido para não identificar autoria.
[8] Omitido para não identificar autoria

Considerando os limites deste texto, escolhi como exemplos dessa operação três documentos, todos com características de "documentos oficiais": papel timbrado, assinaturas, rubricas, testemunhas, carimbos e numeração que deve ser de cadastro:

1. Contrato de Professor do Ensino Primário da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, assinado em maio de 1963, com vigência a partir de 01 de abril de 1963. (RIO DE JANEIRO, 1963) (Figura 7a e Figura 7b);

2.

Figura 7ª Frente do Primeiro Contrato de Trabalho como Professora do quadro do Magistério Estadual do Estado do Rio de Janeiro – abril de 1963



Fonte: Acervo da autora

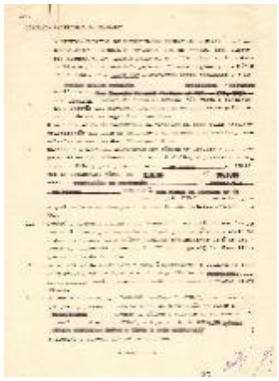
Figura 7b: Verso do Primeiro Contrato de Trabalho como Professora do quadro do Magistério Estadual do Estado do Rio de Janeiro – abril de 1963.



Fonte: acervo da autora

3. Contrato de trabalho como Professora de Português da Escola 9-1, do SENAI, assinado em 01 de agosto de 1969 (SENAI, 1969). (Figura 8a e figura 8b);

Figura 8a : Frente do Contrato de trabalho no SENAI – 1969



Fonte: Acervo da autora

Figura Figura 8b: Verso do Contrato de trabalho no SENAI – 1969



Fonte: Acervo da autora

.

4. Comprovante de pagamento de Professora do Ensino Primário estadual referente ao mês de novembro de 1973. (RIO DE JANEIRO, 1973). (Figura 9)

Figura 9: Contracheque como Professora Primária – 1973



Fonte: Acervo pessoal da autora

À primeira leitura manifestou-se um estranhamento: meu nome aparece como EURISE e não EURIZE como em meus documentos de identidade. Examinando mais atentamente os documentos, leio que o Contrato de Professor do Ensino Primário, foi assinado em **24 de maio de 1963**[9], com exercício a partir de **01 de abril de 1963**, passou pela Exatoria: Recebedoria de Rendas de Campos em **25 de junho de 1963**, trazendo o nome de Evaldo Máximo de Azevedo, Chefe da Região Administrativa, sem assinatura, foi publicado em **19 de julho de 1963**, registrado no Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, em **05 de setembro de 1963**, registrado no serviço de administração da Secretaria de Educação e Cultura em **19 de setembro de 1963** e anotado na Recebedoria de Rendas de Campos em **03 de outubro de 1963**, assinado pelo **abonador**. Comecei a trabalhar em abril e só recebi o primeiro salário em outubro.

Provocada pelo documento, a memória acionada registra que, só depois de seis meses de exercício, recebi o salário acumulado que utilizei integralmente para comprar presentes para a família toda. Afinal, não havia necessidade de utilizá-lo para despesas com minha manutenção ou da minha família.

É provável que houvesse exceções, mas esta situação indica que ser professora era uma profissão para mulheres de frações das classes médias cujos salários eram secundários na manutenção da família, assumida pelos chefes de família, pais e maridos. O valor do contracheque, Cr$438,86[10], convertido em reais em 2021, equivaleria a R 0,00, e a 1,4 do salário-mínimo vigente (Cr$ 312,00 - Decreto nº 72148, de 1973).

A principal questão provocada por esses dois documentos relaciona-se com a produção de conhecimento sobre a profissão de professor. Para responder a essa questão, voltei a esta temática, presente em minhas investigações entre as décadas de 1970 e 2000, mas que se tornou menos relevante nas últimas décadas. Para fundamentar a análise dos indícios sobre a carreira de magistério encontrados nos documentos selecionados, realizei uma busca no Google Acadêmico com o descritor "profissão docente" e recorri também a dois levantamentos bibliográficos: Bueno et al. (2006) e Cericato (2016), localizando trabalhos desde a década de 1960. Desse levantamento, excluí aqueles (em maioria) que focalizam a formação docente e não trazem informações sobre as características socioeconômicas dos professores[11].

Embora haja trabalhos importantes antes dessa época, como Gouveia (1965), essa linha de investigação se desenvolveu a partir da década de 1980, provavelmente provocada pela eclosão dos movimentos de reinvindicação dos professores por salários e melhores condições de trabalho.

Uma das vertentes dessas investigações procurava caracterizar o trabalho docente e, consequentemente, a vinculação de classe social desses trabalhadores. Outra vertente buscava analisar a trajetória histórica dessa categoria profissional no Brasil.

Inserindo-se nas duas vertentes, Pessanha (1994) afirmou que:

> o trabalho de professor, na forma em que se apresenta hoje, é um trabalho não-manual, assalariado, num setor não produtivo, embora socialmente útil, da atividade humana. Sendo necessário também lembrar o fato de

[9] Datas em destaque para enfatizar o tempo decorrido.

[10] A conversão das moedas tem apenas um efeito ilustrativo pois houve muitas alterações de valores, moedas, correções e inflações. A conversão para Reais em 2021 foi realizada no site https://calculareconverter.com.br/conversor-de-cruzeiro-para-real/. Para uma análise mais precisa, seria necessária ajuda profissional nas conversões.

[11] Devido aos limites deste texto, destaco apenas aqueles que me pareceram mais ricos de informações sobre as características sócia econômicas dos professores em cada década, a começar pelo livro de Aparecida Joli Gouveia, 1965: Demartini, 1984; Lüdke e André, 1986; Basso (1998); Costa (1995); Gatti e Barreto (2009); Lüdke, M.; Boing, L. A (2004); Pessanha (1994) Hypólito (1995).

> ser assalariado, funcionário do Estado ou de um serviço que, embora mantido por empresas privadas é considerado um serviço "público" (p. 28).

Com essa concepção de trabalho docente, a autora analisa a trajetória profissional dessa categoria profissional no Brasil indicando que, no século XIX, além dos sacerdotes, exerciam o magistério primário "mulheres pobres e sem família, com uma perspectiva de, se não ascender socialmente, pelo menos não "decair" para um meio de vida "não decente."· Há registros de que reclamavam dos baixos salários (PESSANHA, 1994)

A crise do café, nos anos 1920, abalou os alicerces econômicos e criou os chamados **"aristocratas empobrecidos",** profissionais liberais, políticos, fazendeiros, comerciantes que viram ruírem suas bases econômicas com a queda da bolsa em 1929.

Demartini (1984) inclui depoimento de uma professora informando que seu pai "perdeu muito do que possuía em 1929, na crise do café." (p. 266), razão que a fizera trabalhar como professora.

Assim é que, nesse período, pelos dados de São Paulo, as professoras primárias provinham dessas famílias "aristocratas empobrecidos" ou de famílias pobres (funcionários, artífices, professores), que queriam ascender socialmente através da educação. Nas décadas de 1950 e 1960, ainda pelos dados de São Paulo, o magistério primário era exercido, em sua grande maioria, por mulheres: 87,1% no ensino primário fundamental comum (DEMARTINI, 1984).

Entre as transformações ocorridas nas décadas seguintes, além das taxas de urbanização que explodiram a partir de 1960, merece um registro especial a questão da participação da mulher no mercado de trabalho. Dados censitários, citados por Saffiotti (1976) revelam que a participação da mulher na força de trabalho efetiva era de 45,5%, em 1872, e se manteve quase a mesma em 1900, concentrando-se nos setores de serviços domésticos e na agricultura Depois de 1960, essa participação não parou de crescer: 21% e 36%, respectivamente, em 1970 e 1983 (SAFFIOTTI, 1976, p. 238 e BRUSCHINI, 1987, p. 58).

Uma análise mais acurada dos dados sobre a participação feminina na População Economicamente Ativa, após a década de 1950, indica uma concentração em profissões consideradas mais adequadas para as mulheres: balconistas, enfermeiras, empregadas domésticas e professoras (LEWIN, 1990).

Na década de 1950, a grande maioria dos professores em São Paulo era constituída por mulheres, 87,1% no ensino primário fundamental comum e 34,7% nos demais níveis.

O Golpe Militar de 1964 completou o ciclo político iniciado em 1930 com o início da ditadura de Getúlio Vargas, na direção da valorização do capital financeiro, característica do capitalismo monopolista. Eliminar tensões e conflitos sociais e excluir as "classes médias" e a classe operária do jogo político eram condições indispensáveis, para umas, acenando com dias melhores, "o milagre econômico, e a ameaça comunista, para a outra com repressão. [12]

Pelos dados disponíveis, parece que, para tais frações de classe, já não era tão importante ter uma professora primária na família. Na década de 1970, a categoria de professores era composta majoritariamente por mulheres: 90%, sendo que os homens se concentravam na 5ª série. MELLO (1982) registra que "Filhos de profissionais liberais com nível superior ou de pessoas ocupando altos cargos políticos e administrativos são minoria no grupo (menos de 10%). p. 68/69).

[12] Desde então, a única lógica social será a da acumulação de capital, através do aumento da taxa de exploração da força de trabalho e da concentração de renda: se, em 1960, 1% da população detinha 11% da renda nacional, em 1980, vai deter 16,9%. BOSCHI, Renato R. Entre a cruz e a caldeira: classes médias e política na terra da transição. In: LARANGEIRA, Sônia. Classes e movimentos sociais na América Latina, p. 162, citando BACHA, Edmar.

Nos dois contratos de trabalho acima, chama a atenção que os formulários parecem ignorar esses dados pois os designativos são todos masculinos: no contrato da Secretaria de Educação, o "cidadão" EURIZE CALDAS PESSANHA foi "contratado como professor" e, no contrato com o SENAI, EURIZE CALDAS PESSANHA aparece como "locador", embora, datilografado no espaço específico, "como professora de Português*"*.

Comparando o contrato como professora do Ensino Primário Estadual com o contrato como professora de Português do SENAI, verifica-se que, no primeiro, "o contratado fica sujeito durante a vigência do contrato, a todas as Leis em vigor, que lhe forem aplicáveis, bem como às ordens de serviço que lhe couberem a juízo da autoridade a que ficar subordinado*"*. O segundo, no entanto, aproxima o contratado dos demais trabalhadores do país pois "Obriga-se o Locador, contratado nos termos do art. 443 e seu parágrafo 1º da Consolidação das Leis do Trabalho e Legislação Complementar a prestar seus serviços ao SENAI". Também fica especificado que será pago o "repouso semanal remunerado" que não aparece no contracheque do serviço público.

CONCLUSÕES

Com essas breves reflexões sobre alguns aspectos da história do magistério no Brasil, provocadas por três documentos de um acervo pessoal, conclui-se que a transformação de arquivos privados em fontes não só é possível como pode ser considerada uma forma privilegiada de aproximação a processos da história da educação não registrados em outros tipos de acervos.

Cabe chamar atenção para o fato de que a incorporação desse tipo de fonte permite escapar da escrita de uma história dos fatos e construir uma história viva, história de homens e mulheres cujas características e vidas pessoais são repletas de contradições, qualidades e defeitos, cada vez mais próxima do que que de fato aconteceu como nos aponta Hobsbawm (1995) para quem "o mundo do historiador é o que aconteceu e não que poderia ter acontecido" (p. 252)

No entanto, cabe alertar que há riscos ao transformar arquivos privados em fontes. A começar pelo fascínio exercido pelos "personal papers", "fascínio do qual é muito fácil passar ao vício, como apontaram alguns dos conferencistas deste seminário, aliás vivamente aplaudidos pela assistência, provavelmente tão viciada quanto eles. " (BELLOTO, 1998 p. 202).

Esse efeito de sedução se amplia quando não são levadas em consideração as condições de produção tanto da geração desses acervos quanto de sua organização e publicização.

Um dos aspectos que não podem ser ignorados é que os acervos privados individuais foram coletados, selecionados, organizados e guardados pelos indivíduos que os produziram, a partir de um critério ou necessidade de que nem sempre é possível recuperar, o que traz limitações para a análise. No caso dos documentos inseridos neste artigo, foram guardados e organizados para atender a exigências burocráticas, por isso, são escassos aqueles que não teriam utilidade como comprovantes de uma atividade, como é o caso da gravata e do marcador de página (figs de 1 a 4).

Ao se deparar com a avalanche de documentos, fotos ou objetos, cabe ao pesquisador ter em mente que muitos outros foram omitidos, perdidos, descartados e poderiam ser indícios de uma história diferente da que está sendo escrita. Cabe lembrar também que alguns desses documentos podem ter sido produzidos por outros sujeitos para atender a necessidades diferentes do sujeito que está sendo objeto de investigação.

Cabe no encerramento deste artigo, recorrer ás palavras de Gomes:

> E sob essa ótica que a "espontaneidade", a "autenticidade" e a "verdade" dos documentos pessoais precisa ser trabalhada. De forma

> alguma para ser desconsiderada, mas exatamente para ser refletida e problematizada, sendo associada a outros tipos de documentação e sofrendo o crivo de um rigoroso tratamento teórico-metodológico. **Nisso os documentos pessoais em nada diferem de todos os demais documentos históricos. Dito de outra forma, o feitiço pode estar em toda parte, havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros**. (GOMES, 1998, p.126). grifos meus.

Cabe também, como conclusão, a necessidade de conhecimentos sobre a história da sociedade e da educação na qual foi produzida a coleção transformada em fonte, numa operação que enfrenta as particularidades sem perder de vista a totalidade histórica.

Para reforçar o óbvio, apenas a formulação de questões de pesquisa pode dar sentido a esses acervos privados e transformá-los em fontes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9578 - Arquivos**. Rio de Janeiro, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1997.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-208, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063. Acesso em: 16 Abr. 2019.

BLOCH, Marc; FEBVRE, LUCIEN . Disponível em https://www.persee.fr/doc/ahess_0003-441x_1929_num_1_1_1031. Acesso em: 01 fev. 2021.

BOSCHI, Renato R.. Entre a cruz e a caldeira: classes médias e política na terra da transição In LARANGEIRA, Sônia. **Classes e movimentos sociais na América Latina.** São Paulo, Hucitec, 1990. P 158-175

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha,. Trabalho de Mulher: igualdade ou proteção. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas n. 61, p. 58-67, mai. 1987. Disponível em http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1244/1248. Acesso em 01 de Jan. 2021.

BUENO, Belmira Oliveira et al . Histórias de vida e autobiografias na formação de professores e profissão docente (Brasil, 1985-2003)**. Educ. Pesqui**., São Paulo , v. 32, n. 2, p. 385-410, Aug. 2006 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000200013&lng=en&nrm=iso Acesso em: 05 Fev. 2021. https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000200013.

CAMPOS, José Francisco Guelfi .Arquivos pessoais, acesso e memória: Questões em pauta. **Inf. Inf.,** Londrina, v. 18, n.2, p. 150 – 167, maio/ago. 2013.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Um feliz encontro. IN José Francisco Guelfi Campos(org.) **Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas.** São Paulo: Associação dos arquivistas de são Paulo: São Paulo: ARQ-SP, 2017.

CERICATO, Itale Luciane. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília , v. 97, n. 246, p. 273-289, Aug. 2016 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000200273&lng=en&nrm=iso access on 05 Feb. 2021. https://doi.org/10.1590/S2176-6681/373714647.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COSTA, Marisa Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo**. 1. ed. Porto Alegre (RS): Sulina, 1995. v. 1. 275p

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – **CPDOC/FGV** – www.cpdoc.fgv.br Acesso em 16 abr 2019.

DEMARTINI, Zeila B. F. **Velhos mestres de novas escolas: um estudo das memórias dos professores da Primeira República em São Paulo**. Relatório de Pesquisa. Ceru/Inep, 1984. 1984;

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. 1. ed. Brasília: Editora da UNESCO, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais.** São Paulo: Cia da Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Trad. Betania Amoroso. São Paulo: Cia da Letras, 1987.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069. Acesso em: 16 Abr. 2019.

GOUVEIA, A. Joly. **Professoras de amanhã**. Rio de Janeiro. MEC-INEP. 1965.

HEYMANN, Luciana Quillet. De "arquivo pessoal' a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de " legados" . Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no I **Seminário PRONEX Direitos e Cidadania** apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller.. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-60, jul. 1997. ISSN 2178-1494. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041 Acesso em: 16 Abr. 2019.

HOBSBAWN, Eric. (1994). **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Cia das Letras.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Relações de gênero e de classe social na análise do trabalho docente. **Cadernos de Educação (UFPel),** Pelotas, n.4, p. 5-18, 1995.

LEWIN, Helena. Educação e força de trabalho feminina no Brasil. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n 32, p. 45-59, fev. 1990.

LÜDKE, M.; BOING, L. A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1159-1180, set./dez. 2004. Disponível em: . Acesso em: 7 maio 2015.

MELLO, Guiomar N. **Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político.** São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1982.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In: Maria Cristina Leal; Marília Pimentel. (Org.). **História e Memória da Escola Nova.** 1ed.Rio de Janeiro: Loyola, 2003, v. 1, p. 9-26.

PESSANHA, E. C.;OLIVEIRA, Stella; ASSIS, Wanderlice. Muito além de "papéis velhos": fontes para história de disciplinas escolares armazenadas em um arquivo escolar. **Revista Educação em Questão**

(UFRN. Impresso), v. 41, p. 164-191, 2011.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Meio século em sala de aula: histórias de pessoas, cultura escolar e de currículo**. Campo Grande: Editora Oeste, 2015.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e queda do professor.** São Paulo: Cortez Editora, 1994.

PESSANHA, Eurize Caldas. Entrevendo o currículo: um estudo sobre cadernos escolares de normalistas. In: Ana Chrystina Venancio Mignot. (Org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. 1ed.Rio de Janeiro: Editora da UERJ - EdUERJ, 2008, v. 1, p. 223-237.

REIS, José Carlos Reis. Os Annales: a Renovação teórico-metodológica e "utópica" da História pela reconstrução do tempo histórico. IN Demerval Saviani; José Claudinei Lombardi; José Luís Sanfelice (orgs.) **História e História da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 4a. Ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584.